



PLANO DE AÇÃO ESTADO ABERTO/SC

Transparência,
participação e
colaboração para
uma gestão pública
mais aberta e
inovadora

2026



Governador
Jorginho Mello

Vice-governadora
Marilisa Boehm

Secretário de Estado do Planejamento
Arão Josino

**Secretário Adjunto de Estado
do Planejamento**
Lucas Amancio

**Coordenador do Escritório de
Processos**
João Leandro Rozzone de Souza

Gerente de Gestão de Processos
Carolina Kichller da Silva

**Organizações Partícipes do Projeto
Estado Aberto Santa Catarina**

Presidente da Escola do Legislativo da Alesc Deputado
Lício Mauro da Silveira
Deputado Mauro de Nadal

Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Desembargador Rubens Schulz

Defensor Público-Geral de Santa Catarina
Ronaldo Francisco

Secretário de Estado do Planejamento
Arão Josino

Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina
José Fernando Fragalli

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil -
Seccional Santa Catarina
Juliano Mandelli

Coordenação Geral de Governo Aberto

Carolina Kichller da Silva

Equipe de Apoio Técnico

Fernando Maccari
Guilherme Kraus dos Santos
Jorge Braun Neto

Diagramação

Gabriela Garcia Cera

Grupo de Trabalho Interinstitucional

Escola do Legislativo da Alesc Deputado Lício Mauro da
Silveira
Laura Josani Andrade Correa
Francini Rensi Schmitz
Ana Depizzolatti

Defensoria Pública Do Estado De Santa Catarina
Maria Aparecida Lucca Caovilla
Tiago Queiroz Da Costa

Secretaria de Estado do Planejamento - Seplan
Carolina Kichller da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc
Paula Chies Schommer
Karin Vieira da Silva

Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC
Cassiano Reis
Vinicius Araújo

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Santa
Catarina - OAB/SC
Bernardo Wildi Lins
Newton Osvaldo de Souza Filho

Coordenadores dos Projetos

Defensoria Pública Do Estado De Santa Catarina
Fernanda Mambrini Rudolfo - Coordenadora do Centro
de Estudos
João Joffily Coutinho - Defensor Público e Presidente da
Comissão Eleitoral
Maria Aparecida Lucca Caovilla - Ouvidora-Geral da
Defensoria Pública de Santa Catarina

Escola do Legislativo da Alesc Deputado Lício Mauro da
Silveira
Alexandre Lencina Fagundes - Diretor da Escola do
Legislativo
Brian Michalski - Diretor de Tecnologia da Informação
Marlene Fengler - Secretária Geral da Alesc

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN
Carolina Kichller da Silva - Gerente de Processos
Clodine Ribeiro Alves - Diretora de Desenvolvimento
Pietro Calderini Aruto - Gerente de Avaliação e
Monitoramento de Políticas Públicas

Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC
Cassiano Reis - Assessor de Planejamento
Sílvia Priscilla Argenta - Técnica da Diretoria de Suporte à
Jurisdição do Primeiro Grau

Mensagem do Secretário de Estado do Planejamento

Governar bem exige escutar a sociedade. E para fazer isso bem, é preciso estrutura, método e compromisso com a transparência. E é com essa convicção que o Governo de Santa Catarina tem avançado na consolidação de uma agenda de Governo Aberto, pautada na transparência, na participação social, na inovação e na colaboração.

O Plano de Ação Estado Aberto SC 2026 representa mais um marco nessa trajetória. Construído de forma colaborativa entre instituições públicas e organizações da sociedade civil, o Plano materializa compromissos voltados ao aprimoramento da gestão pública e à ampliação dos espaços de diálogo com a sociedade.

Santa Catarina se destaca, de maneira pioneira no país, por promover a integração dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em torno dos princípios de Governo Aberto, em colaboração com a sociedade civil e academia. Essa articulação institucional fortalece a transparência, amplia a participação cidadã e contribui para a construção de políticas públicas mais alinhadas às reais necessidades da população.

A confiança do cidadão na Administração Pública não se declara: se constrói, com resultados, com abertura e com prestação de contas. Este Plano de Ação materializa nosso compromisso com uma gestão moderna, colaborativa e orientada à geração de valor público, aproximando as instituições da sociedade que servem.

A elaboração deste documento reflete o esforço conjunto de diversos atores que acreditam na construção de soluções públicas abertas, inclusivas e centradas no cidadão. Mais do que um instrumento de planejamento, este Plano é um convite à participação contínua, ao controle social e à corresponsabilidade na implementação das ações propostas.

Arão Josino

Secretário de Estado do Planejamento

Sumário

Introdução	6
Governo Aberto em Santa Catarina	7
Projeto Estado Aberto SC	8
Plano de Ação Estado Aberto Santa Catarina	8
Elaboração do Plano de Ação	9
Metodologia de Trabalho	9
Eixos Temáticos e Projetos	10
Oficinas de Cocriação	11
Cronograma das Oficinas de Cocriação	13
Composição das Oficinas	13
Compromissos Assumidos	14
Compromisso Governo Aberto (Executivo)	14
Compromisso Justiça Aberta (Judiciário e Defensoria)	21
Compromisso Parlamento Aberto (Legislativo)	23
Implementação e Monitoramento	29
Transparência do Projeto	29

Foto: Roberto Zacarias/SECOM-SC

Introdução

O Governo Aberto refere-se a uma visão de administração pública que coloca o cidadão no centro das políticas públicas, promovendo ações orientadas à transparência, à participação social, à colaboração e à inovação.

Essa abordagem busca fortalecer a relação entre Estado e sociedade, ampliando o acesso à informação, incentivando a participação cidadã nos processos decisórios e promovendo responsabilização dos gestores públicos.

Os princípios que orientam o Governo Aberto incluem:

Transparência:

Acesso público e proativo aos dados governamentais.

Participação Social:

Criação de espaços de diálogo para que a sociedade colabore com a gestão.

Accountability:

Prestação de contas contínua, responsabilização e responsividade às demandas públicas.

Inovação e Tecnologia:

Uso de ferramentas digitais e melhorias em métodos e processos para a interação com o cidadão.

No âmbito internacional, essa agenda é impulsionada pela Open Government Partnership (OGP), uma organização internacional que reúne governos e sociedade civil para o desenvolvimento de compromissos voltados à construção de governos mais transparentes, responsáveis, eficientes e inclusivos; e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que fornece aos países orientações e recomendações para apoiar os governos na formulação e execução de estratégias de governo aberto no setor público, para fortalecer a democracia, melhorar a confiança pública e aumentar a inclusão nos processos decisórios.

Governo Aberto em Santa Catarina

Pioneiro nesse movimento, Santa Catarina destaca-se por um histórico consistente de iniciativas que fortalecem a colaboração entre governo e sociedade — elemento essencial para a consolidação de práticas de Governo Aberto.

A adesão do Estado como membro da OGP, em 2020, representou um marco institucional relevante, tornando-o o primeiro estado brasileiro a integrar a rede e posicionando-o como referência nacional na agenda de governo aberto. Esse processo contou com o engajamento ativo de órgãos públicos, universidades e organizações da sociedade civil, evidenciando a maturidade e a solidez do ecossistema local.

O 1º Plano de Ação SC Governo Aberto (2021–2022) consolidou compromissos nas áreas de transparência, participação social, inovação e controle social, sendo construído por meio de processo colaborativo que envolveu múltiplos atores.

As iniciativas Parlamento Aberto (2023-2025) e Trilhas Equigov: Justiça Aberta (2025) foram desenvolvidas em diferentes dimensões do poder público, ampliando o diálogo entre instituições e sociedade, na disseminação de conhecimento e no fortalecimento de práticas colaborativas.

A partir dessas experiências, o Estado avançou na ampliação de iniciativas interinstitucionais, culminando na proposta do Projeto Estado Aberto SC, que busca integrar diferentes Poderes e instituições em torno de uma agenda comum.



Projeto Estado Aberto SC

O Projeto Estado Aberto SC surge como uma iniciativa estratégica voltada à articulação entre os Poderes e órgãos do Estado, com o objetivo de promover soluções públicas baseadas nos princípios de Governo Aberto. Para isso, a iniciativa fomenta a sinergia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a academia e a sociedade civil, ampliando a capacidade de articulação institucional e potencializando os resultados das ações desenvolvidas.

Modelo de Gestão (Articulação Interinstitucional)

A governança do projeto está estruturada em duas instâncias principais:

Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI):

instância de deliberação composta por pontos focais das organizações partícipes criada em dezembro de 2025: SEPLAN, ALESC/Escola do Legislativo, TJSC, Defensoria Pública, UDESC e OAB, com a finalidade de fortalecer a coordenação e o acompanhamento das ações;

Gestão Executiva:

esponsável pela operacionalização das ações, organização das oficinas de cocriação e monitoramento do Plano de Ação.

Plano de Ação Estado Aberto Santa Catarina

O Plano de Ação de Estado Aberto SC 2026 é um instrumento construído de forma colaborativa entre governo e sociedade, alinhado às diretrizes da OGP, contendo compromissos e ações voltados à promoção de um Estado transparente, participativo, responsável, responsivo e inovador.

Esse plano representa a materialização de um processo estruturado de escuta, diálogo e construção conjunta, refletindo prioridades públicas e desafios identificados de forma compartilhada.

Elaboração do Plano de Ação

A elaboração do Plano de Ação Estado Aberto SC teve início em novembro de 2025, a partir da articulação entre as instituições partícipes e da definição das bases metodológicas para construção deste documento.

O processo foi estruturado em etapas de trabalho conjunto, alinhado às diretrizes da Open Government Partnership (OGP), contemplando a composição do Grupo de Trabalho Interinstitucional, o planejamento da metodologia de trabalho, o levantamento e agrupamento temático de projetos aderentes aos princípios de Governo Aberto, a realização de oficinas de cocriação com representantes do governo e da sociedade civil e, por fim, a consolidação dos compromissos e ações que compõem o Plano de Ação Estado Aberto SC 2026.

Metodologia de Trabalho

A metodologia adotada buscou garantir ampla articulação institucional, participação qualificada e construção colaborativa das propostas, fortalecendo a integração entre os diferentes atores envolvidos no projeto.

O processo compreendeu as seguintes etapas:

Reuniões preparatórias (novembro/2025): Aproximação das organizações e discussão sobre convergência de ações.	Oficinas de Cocriação (abril/2026): Encontros presenciais e online entre especialistas do governo e sociedade civil para definir problemas e ações.
Composição do Grupo de Trabalho Interinstitucional (dezembro/2025): Designação dos pontos focais pelos órgãos partícipes.	Consolidação do Plano de Ação (maio/2026): Redação final dos compromissos e ações.
Planejamento (janeiro/2026): Elaboração e aprovação da metodologia do projeto pelos órgãos e entidades partícipes;	Implementação (maio a dezembro 2026): Execução das ações e entregas previstas nos cronogramas estabelecidos para cada compromisso do Plano de Ação.
Levantamento de projetos (fevereiro 2026): Mapeamento de projetos alinhados aos princípios de Governo Aberto pelas instituições partícipes;	Análise dos resultados (dezembro 2026): Avaliação dos resultados alcançados no processo de elaboração e implementação do Plano de Ação, considerando os avanços obtidos, os desafios identificados e as oportunidades de aprimoramento para um novo ciclo da agenda de Estado Aberto, a ser iniciado em 2027.
Avaliação e Agrupamento Temático (março/2026): Divisão das iniciativas em eixos para facilitar a discussão técnica nas oficinas.	

Eixos Temáticos e Projetos

Na etapa de levantamento de projetos, foram identificadas iniciativas em andamento ou previstas para desenvolvimento pelas instituições participantes, com entregas programadas para o ano de 2026.

A análise destas iniciativas permitiu identificar convergências entre as agendas institucionais relacionadas aos princípios de Estado Aberto, bem como organizar os projetos em três eixos temáticos, que possibilitaram a criação de espaços específicos de discussão das ações que iriam compor o Plano de Ação.

Os eixos temáticos e seus respectivos projetos são apresentados a seguir:

01

Linguagem Simples e Transparência

Contempla iniciativas voltadas à ampliação do acesso à informação de forma clara e compreensível a diferentes perfis de cidadãos e usuários dos serviços públicos, destacando-se a Política de Linguagem Simples da Defensoria Pública do Estado (DPE) e o projeto Informação à Sociedade, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).

02

Transparência e Accountability

Reúne ações voltadas ao fortalecimento da transparência ativa e passiva da prestação de contas pelos agentes públicos, da responsabilidade e do controle social, com destaque para o Portal de Emendas da Assembleia Legislativa (ALESC), a Conferência das Cidades e o Programa Avança SC, da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), além da iniciativa de Unificação de Portal e Ranking do TJSC.

03

Participação Social

Abrange iniciativas que promovem o engajamento da sociedade na formulação e avaliação de políticas públicas, processos e serviços públicos, incluindo o projeto de Melhoria Colaborativa de Serviços Públicos, da SEPLAN, o programa Alesc Itinerante, da ALESC, e as Conferências Regionais e a Eleição do Ouvidor da Defensoria Pública.

Esses eixos temáticos orientaram a organização das oficinas de cocriação.

Oficinas de Cocriação

As Oficinas de Cocriação constituíram espaços de participação qualificada, destinados a promover a interlocução entre representantes convidados, de organizações do governo e da sociedade civil, que tivessem atuação reconhecida e expertise nos temas abordados em cada eixo temático.

Esses encontros foram fundamentais para a elaboração do Plano de Ação, permitindo a construção colaborativa de soluções a partir da incorporação da visão de diferentes atores sobre os problemas públicos abordados e da proposição de ações concretas, em conformidade com as recomendações e diretrizes da Open Government Partnership (OGP).

Além de contribuir para a qualificação das iniciativas já existentes, as oficinas possibilitaram a ampliação do escopo de ações que se encontravam em desenvolvimento pelas instituições participantes, bem como a identificação e previsão de novas iniciativas alinhadas aos princípios de Estado Aberto. também foi possível agregar diferentes atores dispostos a colaborar na implementação das iniciativas junto às organizações inicialmente responsáveis pela execução.

O processo colaborativo também reforçou diretrizes relacionadas à transparência, participação social, linguagem simples, accountability, inovação e fortalecimento do controle social, consolidando uma visão integrada entre as instituições envolvidas.

Cronograma das Oficinas de Cocriação

O processo de cocriação foi estruturado em etapas complementares, combinando momentos de alinhamento conceitual e construção colaborativa, conforme descrito a seguir:

Etapa/Tema	Data	Formato	Descrição
Abertura das Oficinas	06/abril	Reunião (Online)	Apresentação dos conceitos de Governo Aberto; Contextualização do Projeto Estado Aberto SC; Apresentação do objetivo e do modelo de gestão; Orientações gerais sobre a metodologia e o funcionamento das oficinas.
Linguagem Simples e Transparência	07/abril	1ª Oficina (Presencial)	Apresentação dos projetos de referência; Identificação e qualificação dos problemas públicos; Construção preliminar de ações.
Transparência e Accountability	08/abril		
Participação Social	09/abril		
Linguagem Simples e Transparência	13/abril	2ª Oficina (Online)	Apresentação dos projetos de referência; Identificação e qualificação dos problemas públicos; Construção preliminar de ações.
Transparência e Accountability	14/abril		
Participação Social	15/abril		



Composição das Oficinas

As Oficinas foram compostas contaram com a participação de 15 organizações de governo e da sociedade civil distribuídas nos eixos temáticos a seguir:

Linguagem Simples e Transparência

Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Linguagem Simples Lab
Grupo de pesquisa Politeia da Udesc/Esag
Ordem dos Advogados do Brasil Santa Catarina (OAB/SC)
Observatório Social - Santa Catarina
Instituto de Metrologia do Governo de Santa Catarina (Imetro)
Academia Catarinense de Letras jurídicas
Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina

Transparência e Accountability

Assembléia Legislativa
Secretaria do Planejamento do Estado de Santa Catarina
Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Ordem dos Advogados do Brasil Santa Catarina (OAB/SC)
Grupo de pesquisa Politeia Udesc/Esag
Observatório Social - Santa Catarina
Academia Catarinense de Letras jurídicas
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)
Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Labplan) da Udesc/Faed
Farol da Cidadania
Centro de Investigação em Governo Aberto e Transparência (CIGAT)

Participação Social

Assembléia Legislativa
Secretaria do Planejamento do Estado de Santa Catarina
Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
Ordem dos Advogados do Brasil Santa Catarina (OAB/SC)
Grupo de pesquisa Politeia da Udesc/Esag
Observatório Social - Santa Catarina
Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Labplan) da Udesc

Consolidação do Plano de Ação

As propostas elaboradas nas oficinas de cocriação foram sistematizadas e submetidas à análise de viabilidade pelos coordenadores dos projetos no âmbito de suas instituições.

Posteriormente, o GT Interinstitucional realizou a validação das propostas e consolidou o documento final, assegurando alinhamento institucional e aderência aos objetivos estratégicos do projeto.



Foto: Eduardo Valente/SECOM-SC

Compromissos Assumidos

Como resultado do processo colaborativo de construção do Plano de Ação Estado Aberto SC 2026, foram definidos os seguintes compromissos estratégicos, destacando no cronograma de cada projeto os marcos já concluídos e aqueles cuja implementação será conduzida ao longo do ano de 2026 pelas instituições partícipes do projeto:

1. Compromisso Governo Aberto (Executivo)

Qualificar a gestão por meio da aproximação ao cidadão ampliando canais de escuta, promovendo a interlocução com a sociedade civil para melhorar serviços públicos e compartilhando informações para regionalização do desenvolvimento.

Como o compromisso colabora com a abertura do governo?

Este compromisso impulsiona a abertura governamental ao qualificar a gestão pública por meio de uma aproximação estratégica com o cidadão e da ampliação de canais de escuta. Essa colaboração ocorre ao institucionalizar a participação social em espaços como a Conferência Estadual das Cidades, transformando o diálogo com a sociedade civil em propostas concretas para o planejamento, e ao focar na melhoria dos serviços públicos através de modelos de colaboração e avaliação contínua. Complementarmente, o compromisso garante a disponibilização de informações elaboradas por meio de plataformas como o Avança SC, que fornece dados abertos e indicadores de desenvolvimento regional, assegurando transparência e permitindo que a sociedade acompanhe a geração de valor público de forma acessível.

Conferência Estadual das Cidades de Santa Catarina - SEPLAN

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Abertura de Edital de Chamamento Público para constituição de Comissão Organizadora com a participação de representantes do Poder Público, Organizações Sociais, Entidades Empresariais, Conselhos de Classe e Entidades Acadêmicas	Publicação de Portaria (SEPLAN/008/2024 E 011/2024) no Diário Oficial com a constituição da Comissão Organizadora em cumprimento com o Regimento Nacional - Estabelecimento da Comissão Organizadora com representantes dos seis segmentos, em cumprimento à Portaria MCID nº175/2024	Mar/24	Abr/24	SEPLAN
Encontros em formato online com gestores e interessados dos municípios, com a finalidade de capacitar, esclarecer dúvidas e contribuir na organização das Conferências Municipais	Materiais e gravações dos Encontros com Pontos Focais Municipais, gravados e disponibilizados na Plataforma ReDUS - 11 materiais disponibilizados na Plataforma Redus, email e grupos de comunicação.	Jun/24	Jun/25	Coordenação: SEPLAN Apoio: entidades que compõem a Comissão Organizadora
Realização de Conferências nos municípios catarinenses com o objetivo de estruturar propostas a partir de eixos temáticos pré-estabelecidos pela Portaria Nacional (MCID nº175/2024) e eleger delegados representantes para participarem da 6ª Conferência Estadual das Cidades	Realização de 146 Conferências Municipais, possibilitando a elaboração de 1.508 propostas de âmbito municipal, estadual e nacional, além da definição de 452 representantes delegados do Poder Público e de diferentes segmentos da sociedade civil para a Conferência Estadual. - A relação dos municípios participantes e pessoas delegadas eleitas foram disponibilizadas por meio da Plataforma ReDUS, bem como por email e grupos de comunicação.	Abr/24	Jun/25	Coordenação Estadual: SEPLAN e Comissão Organizadora Coordenação Municipal: Poder Público Municipal e entidades de diferentes segmentos da Sociedade Civil
Sistematização de todas as 1.508 propostas oriundas das Conferências Municipais, organizando-as por eixo, grupo temático, âmbito de abrangência e município de origem, com a finalidade de permitir que todas as propostas desenvolvidas na escala da cidade sejam analisadas e discutidas conforme seu respectivo âmbito de abrangência.	Elaboração de um Caderno de Propostas com todas as propostas de âmbito estadual a serem discutidas na Conferência Estadual, bem como de uma planilha contendo todas as propostas elaboradas, independentemente da abrangência, categorizadas por eixo, grupo temático e município. - Caderno de Proposta e Planilha de Proposta disponibilizados em meios digitais como a Plataforma ReDUS e diretamente aos municípios por meio de email e grupos de comunicação.	Jun/25	Set/25	Coordenação: SEPLAN e Comissão Organizadora Apoio: Observatório das Metrópoles da UFSC

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades de Santa Catarina, em cumprimento à Portaria MCID nº 175/2024, com o objetivo de discutir as propostas de âmbito nacional oriundas das Conferências Municipais, bem como possibilitar a participação não apenas das pessoas delegadas eleitas, mas também da sociedade como um todo, na discussão de diferentes temas que permeiam o cotidiano dos cidadãos.	Discussão e aprovação, por meio de oito Grupos de Trabalho, de 20 propostas associadas aos respectivos eixos temáticos, a serem votadas e aprovadas na Plenária Final, no terceiro dia da Conferência Estadual, bem como a eleição de 58 pessoas delegadas, definidas em seus respectivos segmentos de representação, para participarem da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em Brasília. - Relação de propostas aprovadas e pessoas delegadas eleitas apresentadas no ato da Conferência, bem como disponibilizadas nos meios digitais.	27 a 29 de Jan/26		Coordenação: SEPLAN e FECAM Apoio: Comissão Organizadora e Laboratório de Planejamento Urbano e Regional da UDESC Estrutura e organização: empresa contratada por meio de Processo Licitatório
Sistematização e consolidação das propostas aprovadas no âmbito da Conferência Estadual, bem como da relação das pessoas delegadas eleitas, para análise da organização nacional, visando à validação e à possibilidade de participação na Conferência Nacional das Cidades.	Preenchimento das informações sobre a realização da Conferência Estadual na Plataforma ReDUS e resultados da Conferência.	jan/26	fev/26	Coordenação: SEPLAN
Elaboração do relatório final da 6ª Conferência Estadual das Cidades de Santa Catarina, contendo as principais informações sobre a realização do evento, os produtos gerados, a relação de moções e os registros fotográficos.	Relatório Final completo da 6ª Conferência e registros fotográficos	jan/26	fev/26	Coordenação: SEPLAN
Divulgação e disponibilização de todos os materiais desenvolvidos ao longo de todo o processo da Conferência, garantindo que os resultados sejam acessíveis de forma pública e em linguagem acessível ao cidadão interessado.	Publicização por meio da Plataforma ReDUS, email e grupos de comunicação de vídeos, registros fotográficos e materiais produzidos	mar/24	fev/26	Coordenação: SEPLAN
Restabelecimento, por meio da atualização da Lei nº 14.590/2008, do Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina, com a atualização das entidades que o compõem e de seus respectivos membros.	Atualização da Lei nº 14.590/2008, por meio da SEPLAN e do Governo do Estado, com a redefinição da composição das entidades que compõem o conselho, permitindo que o órgão volte a atuar de forma efetiva nas discussões sobre o planejamento territorial catarinense.	fev/26	nov/26	SEPLAN e Governo do Estado

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Sistematização das propostas de âmbito estadual por tema, número de repetições, viabilidade de aderência às políticas públicas estaduais, município de origem e associação de municípios vinculada.	Elaboração de documento com as propostas organizadas de forma clara e simples, para que possa ser disponibilizado publicamente e acessado pelo cidadão interessado.	mai/26	ago/26	Coordenação: SEPLAN Parcerias (a definir): Observatório das Metrópoles (UFSC); Laboratório de Urbanismo (UFSC) ou Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (UDESC)
Realização de mapeamento das propostas conforme sua aderência aos programas do Governo do Estado, relacionando-as aos projetos cadastrados no site do Projeta SC, bem como estabelecendo a correlação com as demandas do Programa Avança SC.	Elaboração de documento ou planilha com as correlações entre as propostas e os projetos de maior aderência e, posteriormente, disponibilização pública no site da RedUS e no site da SEPLAN, demonstrando como as propostas estão sendo articuladas ao planejamento estadual.	ago/26	set/26	SEPLAN - DDT, DPP e EPROJ e EPROC
Realização de mapeamento das propostas conforme sua aderência aos programas do Governo do Estado, relacionando-as aos projetos cadastrados no site do Projeta SC, bem como estabelecendo a correlação com as demandas do Programa Avança SC.	Elaboração de documento ou planilha com as correlações entre as propostas e os projetos de maior aderência e, posteriormente, disponibilização pública no site da RedUS e no site da SEPLAN, demonstrando como as propostas estão sendo articuladas ao planejamento estadual.	ago/26	set/26	SEPLAN - DDT, DPP e EPROJ e EPROC
Definição de um Plano de Comunicação, a fim de apresentar, de forma clara, simples e objetiva, os produtos finais desenvolvidos.	Elaboração de um Plano de Comunicação articulado à comunicação estadual, visando à transparência das informações.	set/26	out/26	SEPLAN
Possibilitar a transparência e a publicização dos produtos finais desenvolvidos por meio de plataformas online.	Disponibilizar os documentos resultantes do projeto, garantindo a transparência e a participação cidadã nas diretrizes previstas, possibilitando que os gestores locais visualizem suas propostas articuladas às políticas estaduais.	nov/26	nov/26	SEPLAN

Avança SC - SEPLAN

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Diagnóstico estadual e regional de Santa Catarina contendo a análise socioeconômica do estado. Dividido em 5 eixos: Desenvolvimento econômico, Desenvolvimento Social, Infraestrutura, Meio Ambiente e Governança Pública. Contém mais de 150 indicadores analisados em escala estadual e nas 21 associações de municípios (FECAM).	Documento em PDF e síntese dos principais indicadores estão nos gráficos da Plataforma Digital.	ago/24	mar/25	SEPLAN
Prognóstico estadual e regional contendo a projeção de cenários estatísticos e macroeconômicos (Aceleração, Estabilidade e Restrição) até 2035.	Documento em PDF e síntese dos principais indicadores estão nos gráficos da Plataforma Digital.	out/24	mai/25	SEPLAN
Diretrizes e Objetivos para os eixos e setores contendo a definição de metas customizadas com base no Índice de Complexidade Econômica (ICE), classificando as regiões da FECAM em "Avançadas", "Em Ascensão" e "Com Potencial".	Documento em PDF e espaço específico na Plataforma Digital para consulta dessa parte.	nov/24	jul/25	SEPLAN
Programas e Ações vinculando os Objetivos estratégicos do Avança SC com programa e subções do PPA 2024-2027, auxiliando na avaliação e posterior renovação deste importante instrumento de planejamento.	Documento em PDF e espaço específico na Plataforma Digital para consulta dessa parte.	dez/24	out/25	SEPLAN
Plataforma Digital automatizada e com atualização D+1, contendo uma síntese dos dados do diagnóstico, prognóstico, das diretrizes e objetivos e dos programas e ações de forma dinâmica, além da disponibilização dos dados abertos	Site avanca.sc.gov.br	jul/24	ju/26	SEPLAN
Transparência da fonte de dados e metodologias adotadas para disseminar os procedimentos adotados	Documentos em PDF contendo as metodologias e referências	dez/25	jun/26	SEPLAN
Lançamento do Avança SC	Evento inaugural com governo, prefeitos e entidades para apresentação oficial do programa	mai/26	mai/26	SEPLAN

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Plano de Comunicação a fim de apresentar os resultados à sociedade.	Materiais impressos, cartilhas, notícias, guias para divulgação da Plataforma digital do Avança SC	mai/26	dez/26	SEPLAN
Ciclo 1 Treinamento	Capacitação inicial - Metodologia, capacitação de facilitadores, oficinas regionais e consolidação	jun/26	ju/26	SEPLAN
Kick Off Regional - Apresentação Avança SC para alinhamento político institucional com atores locais, incluindo municípios, entidades e universidades, para a apresentação técnica dos diagnósticos e das tendências regionais	Realização encontros nas 21 regiões com diagnósticos técnicos	jun/26	ago/26	SEPLAN
Ciclo 2 - Capacitação de Multiplicadores: formação técnica especializada para leitura econômica territorial e desenvolvimento de competências em planejamento estratégico regional.	Realização de treinamento especializado	ju/26	ago/26	SEPLAN
Eventos de Multiplicações das Missões Regionais	Oficinas participativas, reuniões técnicas, construção coletiva, análise comparativa e integração das estratégias regionais	ago/26	ago/26	SEPLAN
Desenvolvimento pelos municípios das diretrizes estratégicas regionais com participação ativa dos atores locais	Elaboração e entrega dos Cadernos de Diretrizes	ago/26	nov/26	SEPLAN
Divulgação do compilado de iniciativas e diretrizes alinhadas aos objetivos regionais que embasarão planejamentos estratégicos e ações estruturantes das regiões	Evento de Apresentação dos Cadernos de Diretrizes e Resultados	dez/26	de/26	SEPLAN

Melhoria Colaborativa de Serviços Públicos - SEPLAN

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Estruturação de canais de escuta e avaliação da experiência dos usuários dos serviços públicos	Elaboração de um referencial contendo mecanismos de avaliação apropriados para diferentes serviços estaduais, bem como a forma de consolidar os resultados.	mai/26	jul/26	SEPLAN
Criação de espaços colaborativos para participação e priorização de melhorias em processos e serviços	Proposição de modelos de espaços de colaboração para análise, validação e priorização das demandas levantadas na avaliação para serem incorporadas no redesenho de melhoria dos processos	jun/26	jul/26	SEPLAN
Desenvolvimento de mecanismos de devolutiva aos cidadãos e transparência das ações de melhoria implementadas	Elaboração de modelos padronizados de devolutiva tanto individuais ao cidadão como de utilização de ferramentas de transparência; definição de fluxo de comunicação e transparência.	jun/26	ago/28	SEPLAN
Implementação e avaliação de projeto piloto do ciclo de avaliação, colaboração e melhoria contínua de serviços públicos finalísticos prestados por órgãos do Executivo Estadual	Execução do projeto piloto em serviço ou processo selecionado; relatório de implementação do piloto; registro das melhorias implementadas a partir das avaliações recebidas;	set/26	nov/26	SEPLAN
Avaliação dos resultados do projeto piloto e aprimoramento do ciclo colaborativo de melhoria contínua em serviços públicos finalísticos prestados por órgãos do Executivo Estadual	Elaboração de relatório final de avaliação do piloto contendo resultados, desafios e aprendizados; documentação das recomendações de aprimoramento do ciclo colaborativo;	nov/26	nov/26	SEPLAN

2. Compromisso Parlamento Aberto (Legislativo)

Aproximar o Poder Legislativo estadual da população por meio da atuação da Assembleia em diferentes regiões e da modernização digital do repasse de emendas parlamentares, fortalecendo a participação cidadã, a articulação com os municípios, a transparência e a eficiência na gestão pública.

Como o compromisso colabora com a abertura de governo?

O compromisso impulsiona a abertura do Poder Legislativo ao institucionalizar a proximidade regional e a transparência digital como pilares da governança parlamentar. Por meio da Alesc Itinerante, o compromisso amplia a participação social ao descentralizar as sessões plenárias e realizar audiências públicas em diversas regiões, permitindo que a sociedade civil colabore diretamente na definição de prioridades legislativas voltadas à melhoria dos serviços públicos locais, como infraestrutura, educação, saúde e desenvolvimento social. Simultaneamente, o Portal de Emendas, uma plataforma que digitaliza e centraliza a gestão de recursos parlamentares, assegura a rastreabilidade sobre a execução orçamentária, ações que fortalecem a integridade e a transparência na aplicação dos investimentos públicos nos municípios.

Alesc Itinerante - Alesc

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Planejamento institucional e definição dos municípios-sede das edições	Documentação do planejamento contendo os municípios e cronograma das edições	mar/24	dez/26	ALESC/ Secretaria Geral
Transferência temporária da sede do Legislativo para municípios de outras regiões do estado	Realização das sessões plenárias e reuniões de comissões nos municípios participantes	mai.25/	mai./26	ALESC/ Secretaria Geral
Efetivação de mecanismo legal relacionados às demandas regionais	Apresentação e tramitação de projetos de leis estaduais	mar/24	dez/26	ALESC/ Secretaria Geral
Aprovação das matérias legislativas deliberadas durante as edições regionais	Sancionamento das leis aprovadas.	mar/24	dez/26	ALESC/ Secretaria Geral
Destinação orçamentária para atendimento de demandas locais e regionais	Destinação de emendas parlamentares alinhadas às prioridades identificadas em cada região	ma./24	dez./26	ALESC/ Secretaria Geral
Divulgação das audiências e reuniões públicas	inserção em rádio, tv e redes sociais, para incentivar a participação dos atores locais	mar/24	dez/26	ALESC/ Secretaria Geral
Sistematização das aprendizagens do Alesc Itinerante	Relatórios de resultados e produção de conhecimento	mai/26	dez/26	ALESC/ Secretaria Geral
Realização de devolutiva aos cidadãos	Divulgação do relatório de atividades	mai/26	dez/26	ALESC/ Secretaria Geral

Portal de Emendas - Aleesc

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Diagnóstico e articulação institucional	Coleta de dados para a produção da ferramenta de acordo com a previsão legal	dez/25	dez/025	Presidência da ALESC e Casa Civil
Desenvolvimento da plataforma	Criação e entrega do Protótipo	dez/25	dez/25	DG, DL e DTI da ALESC, Sec. da Fazenda, Sec. Casa Civil
Validação técnica com Executivo e Legislativo Estadual e municipal	Reunião de alinhamento com os atores para testagem e aprovação do protótipo	jan/26	jan/26	DG, DL e DTI da ALESC, Sec. da Fazenda, Sec. Casa Civil
Adesão dos municípios e início da tramitação digital	Cadastro na plataforma	fev/26	mar/26	ALESC
Lançamento oficial do Portal	Disponibilização o acesso ao Portal de Emendas como sistema oficial de gestão para as instituições públicas envolvidas	fev/26	mar/26	ALESC e FECAM
Capacitação para servidores públicos municipais em relação ao projeto de EMENDAS (compreensão, requisitos, formulários)	oferta de capacitações em parceria com as instituições	mai/26	dez/26	ALESC/Escola
Consulta de necessidade de parceiros do projeto e representantes da sociedade civil para criação da plataforma para controle social	Realização de levantamento por meio da realização de oficinas	mai/26	dez/26	ALESC/DTI ALESC/Escola
Elaboração de Protótipo plataforma aberta para público em geral que contemple as necessidades dos usuários	Criação de protótipo pela equipe da ALESC	mai/26	dez/26	ALESC/DTI ALESC/DL
Testagem do protótipo com público qualificado	Realização de oficinas	mai/26	dez/26	ALESC/DTI ALESC/Escola

3. Compromisso Justiça Aberta (Judiciário e Defensoria)

Promover o acesso à justiça, aos direitos e aos serviços públicos por meio da adoção de práticas de Linguagem Simples, da ampliação da transparência ativa e da integração dos canais de informação à sociedade, tornando a comunicação institucional mais clara, acessível e compreensível para diferentes públicos.

Como o compromisso colabora com a abertura de governo?

O compromisso colabora com a abertura do Poder Judiciário ao democratizar o acesso ao sistema de justiça e aos direitos fundamentais através da simplificação da linguagem jurídica. Ao adotar técnicas de Linguagem Simples, o compromisso promove a melhoria dos serviços públicos, eliminando barreiras técnicas de compreensão que historicamente afastam o cidadão comum das instituições. A participação social é fortalecida, pois uma sociedade que compreende claramente seus direitos e os processos institucionais possui maior autonomia para intervir, colaborar e exercer o controle social. A iniciativa também busca promover a transparência através da adaptação da linguagem jurídica para uma linguagem simples e acessível, de modo a ampliar a compreensão das informações públicas e garantir o acesso de todas as pessoas aos conteúdos institucionais, independentemente do grau de instrução ou da familiaridade com termos técnicos e jurídicos.

Informação à Sociedade em Linguagem Simples - TJSC

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Lançamento da primeira edição do boletim em linguagem simples.	Boletim em linguagem simples	nov/25	jan/26	PJSC Presidência/ ASPLAN
Divulgação do boletim na página oficial do TJSC.	Disponibilização na área de informações ao cidadão.	jan/26	mar/26	PJSC DTI/NCI
Transição do projeto da fase de implementação institucional para a fase de operação contínua.	Projeto iniciar fase de operação contínua	fev/26	abr/26	PJSC DFP/DSJPG
Produção e publicação da próxima edição do boletim.	Boletim em linguagem simples	mai/26	mai/26	PJSC DSJPG
Consolidação do projeto como política institucional contínua.	Processo de trabalho mapeado e em operação, sem depender de uma única pessoa.	mai/26	mai/26	PJSC DSJPG
Apoio técnico à equipe responsável pelo Informativo da Jurisprudência Catarinense.	Otimização do processo de análise e criação do informativo de jurisprudência	set/26	dez/26	PJSC DSJPG

Unificação Portal da Transparência e Ranking - TJSC

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Análise de viabilidade técnica e benchmark com TJs	Relatório da análise	nov/25	nov/025	DTI
Piloto de unificação das páginas envolvendo o tema 'Gestão de Pessoas'	Páginas do piloto	dez/25	dez/25	DTI
Aprovação do piloto	Aprovação para a continuidade do projeto	jan/26	jan/26	DPF; GP
Unificação das páginas dos demais temas	Páginas unificadas	fev/26	mar/26	DTI, NCI, DPF
Publicação do novo Portal da Transparência	Portal unificado publicado	mar/26	abr/26	DTI, NCI, DPF
Monitoramento e revisão do novo Portal	Portal revisado	abr/26	mai/26	NCI, DPF
Divulgação do Portal da Transparência do TJSC	Vinculação de notícia e divulgação nas redes sociais do TJSV	jun/26	out/26	NCI, DPF
Criação de um Cadastro de Usuários para testagem dos portais e ferramentas de transparência	Elaboração de formulário específico e aplicação entre público alvo. Consolidação e disponibilização do cadastro para os órgãos envolvidos no projeto de estado aberto.	mai/26	dez/26	UDESC e Observatório Social de Santa Catarina

Linguagem Simples e Transparência - DPESC

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Implementação da 1ª Fase da Parceria Técnica com a UDESC	Oficina, diagnóstico e melhorias ao site	abr/25	jul/25	CECADEP, Ouvidoria e UDESC
Instituição da Comissão de Linguagem Simples da DPESC	Diagnóstico e propostas de avanços	jul/25	fev/26	DPESC e CECADEP (Pres.)
Implementação da 2ª Fase da Parceria Técnica com a UDESC	Oficina, diagnóstico e melhoria dos formulários para atendimento	ago/25	dez/25	Comissão e UDESC
Consolidação dos Resultados e Conclusão das Atividades da Comissão	Manual de Linguagem Simples, Proposta de Resolução de uma Política Institucional de Linguagem Simples, Documentos simplificados pela UDESC (site e atendimento), revisão do assistente virtual	fev/26	fev/26	Comissão
6º Prêmio Conexão Inova	Projeto Vencedor do 1º Lugar na categoria Linguagem Simples	mar/026	mar/26	UDESC e DPESC
Publicação do Manual da Linguagem Simples	Manual da Linguagem Simples publicado	mai/26	mai/26	Defensoria Pública
Publicação do novo site em Linguagem Simples	Site em Linguagem Simples publicado	mai/26	dez/26	OAB e DPES, Linguagem Simples Lab, Pesquisadora Gisiela
Promoção da articulação interinstitucional para ampliar o impacto da utilização da linguagem simples	Composição da comissão Interinstitucional de Linguagem Simples do Estado Aberto Santa Catarina	mai/26	nov/26	ALESC/Escola do Legislativo
Promover a utilização da linguagem simples pelos Advogados através da criação e divulgação de cartilha pela OAB/SC	Criação e divulgação de cartilha de linguagem simples destinada ao advogados da defensoria da ativa	mai/26	nov/26	OAB/SC

Eleição do Ouvidor Geral por Movimentos Sociais - DPESC

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Publicação do ato constituindo a Comissão Eleitoral	Portaria ou ato administrativo publicado no Diário Oficial designando formalmente os membros da Comissão.	set/25	set/25	Comissão Eleitoral
Publicação do Edital de abertura	Edital de convocação disponível publicamente, contendo todas as regras, prazos e critérios da eleição.	jan/26	jan/26	Comissão Eleitoral
Período para impugnação do edital e decisões sobre as impugnações	Decisões fundamentadas publicadas sobre eventuais questionamentos e Edital final consolidado (retificado se necessário).	jan/26	jan/26	Organizações da Sociedade Civil
Período de inscrições de candidatos/as e entidades votantes (prazo ampliado)	Protocolo de recebimento de todas as fichas de inscrição e documentação obrigatória dos candidatos e entidades.	jan/26	fev/26	Organizações da Sociedade Civil
Decisão e publicação do resultado preliminar das habilitações	Edital/Lista preliminar publicada com a relação de candidatos e organizações da sociedade civil que cumpriram os requisitos.	fev/26	fev/26	Comissão Eleitoral
Prazo para impugnações das inscrições, defesa dos impugnados e julgamento pela Comissão Eleitoral	Relatórios de julgamento das impugnações concluídos e publicados pela Comissão Eleitoral.	fev/26	mar/26	Organizações da Sociedade Civil
Recursos e decisão pelo Conselho Superior	Acórdãos ou decisões do Conselho Superior sobre recursos, garantindo a segurança jurídica do pleito.	mar/26	mar/26	Comissão Eleitoral
Prazo para indicação de representantes das entidades votantes	Lista definitiva e homologada de representantes (delegados) aptos a votar na audiência pública.	mar/26	abr/26	Organizações da Sociedade Civil
Audiência pública para votação da lista tríplice	Ata da audiência pública assinada, contendo a apuração dos votos e a definição dos três nomes que compõem a lista tríplice.	abr/26	abr/26	Comissão Eleitoral e Organizações da Sociedade Civil

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Impugnação da lista tríplice, defesa dos impugnados e julgamento pelo Conselho Superior da Defensoria Pública	Lista tríplice oficialmente homologada pelo Conselho Superior após a análise de eventuais incidentes pós-votação.	abr/26	mai/26	Comissão Eleitoral e Organizações da Sociedade Civil e Conselho Superior
Escolha, pelo Conselho Superior, do/a Ouvidor/a-Geral	Ata da sessão do Conselho Superior registrando a votação e o nome do candidato(a) escolhido(a) para o cargo.	mai/26	mai/26	Conselho Superior
Nomeação do/a novo/a Ouvidor/a-Geral com efeitos a partir da data da posse	Ato de nomeação assinado pelo Defensor Público-Geral e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE).	mai/26	jun/26	Defensoria Pública-Geral
Posse do/a novo/a Ouvidor/a-Geral	Termo de posse assinado em solenidade oficial, marcando o início do mandato da nova Ouvidoria.	jul/26	jul/26	Defensoria Pública-Geral
Elaborar materiais (sistematização das informações) em linguagem simples sobre papel da ouvidoria e do ouvidor, versão digital e impressa para divulgar em escolas, postos, etc	Kit de comunicação (Folder impresso, PDF acessível e cards para redes sociais) com texto simplificado, validado pela Ouvidoria-Geral.	mai/26	out/26	Defensoria Pública
Criar mecanismos de transparência por meio dos portais, criar meios de divulgação dos resultados.	Página exclusiva da Eleição no portal da DPESC com "Linha do Tempo" atualizada e repositório de todos os documentos do pleito e Relatório de encerramento em formato infográfico, enviado às entidades votantes e publicado no site, explicando o desfecho do processo.	mai/26	dez/26	Defensoria Pública

Conferências Regionais Itinerantes – Cidadania Ativa e Acesso à Justiça - DPESC

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Início	- Reservas de data/local/sala online; - Definição de Eixos Temáticos das Conferências; - Mobilização de lideranças comunitárias, movimentos sociais, autoridades; - Sistema de inscrição; - Definição de sistema de votação de temas; - Divulgação dos eventos.	abr/26	mai/26	Ouvidoria-Geral Externa

Marcos	Resultados esperados	Data Início	Data Fim	Órgão/Setor Responsável
Execução	Entrega dos Relatórios das Conferências Regionais 2025.2, com as principais demandas de acesso a justiça apresentadas pelos e pelas participantes ao Defensor Público-Geral, Sub-Defensor Público-Geral, Corregedora-Geral, Conselho Superior DPE-SC.	mai/26	mai/26	Ouvidoria-Geral Externa
Execução	Divulgação da 2 Edição das Conferências Regionais nas Mesorregiões do Estado, com apoio da DPG, ASCOM e Núcleos Regionais da DPE. - Sistema de inscrição; Cards de Divulgação; Metodologia; Ampliação da participação social (Universidades, Escolas, Gestores Públicos - Câmaras de Vereadores, Assembleia Legislativa - Sociedade Civil Organizada e Não Organizada).	jun/26	set/26	Ouvidoria-Geral Externa
Execução	Realização de 6 audiências públicas em cada mesorregião do Estado, com apoio do Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública (CECADEP) e Assessoria de Projetos Especiais (ASSEPE).	set/26	nov/26	Ouvidoria-Geral Externa
Relatório	Produção de relatórios das Audiências.	nov/26	nov/26	Ouvidoria-Geral Externa
Encerramento	Entrega dos Relatórios ao Defensor Público-Geral, com as propostas e diretrizes dos Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil para a elaboração do Plano de Atuação da Defensoria Pública 2027.	dez/26	dez/26	Ouvidoria-Geral Externa
Prazo para impugnações das inscrições, defesa dos impugnados e julgamento pela Comissão Eleitoral	Relatórios de julgamento das impugnações concluídos e publicados pela Comissão Eleitoral.	fev/26	mar/26	Organizações da Sociedade Civil

Implementação e Monitoramento

A implementação do Plano de Ação Estado Aberto SC seguirá os mesmos princípios que orientaram sua construção, especialmente a participação social e a colaboração interinstitucional.

Nesse sentido, serão mantidos espaços de interação entre governo e sociedade, permitindo o acompanhamento das ações e o engajamento contínuo de parceiros, com a previsão de um encontro entre os envolvidos em cada compromisso para monitoramento e adequações durante o período de implementação.

A execução das iniciativas poderá envolver:

Cocriação
de soluções e
protocolos;

Testagem de
ferramentas e
protótipos;

Realização de
capacitações e
treinamentos;

Apoio
ao controle
social;

Articulação
com iniciativas
já existentes de
Governo Aberto.

Esse modelo busca promover efetividade, transparência e legitimidade na implementação das ações, bem como estabelecer o alicerce para a construção de um próximo Plano de Ação.

Transparência do Projeto

Como parte da condição de Santa Catarina como membro da OGP, o Plano de Ação será traduzido e submetido à OGP e disponibilizado no site da organização para compartilhamento do trabalho desenvolvido no Estado.

Adicionalmente, todos os documentos, registros e resultados do projeto serão disponibilizados no site da SEPLAN, permitindo o acompanhamento público das etapas de implementação e dos compromissos assumidos.







Secretaria de Estado do Planejamento
Escritório de Processos

✉ eproc@seplan.sc.gov.br

📷 [/seplan.sc](https://www.instagram.com/seplan.sc)

🌐 www.seplan.sc.gov.br



Centro Administrativo do Governo
Rod. SC 401 – Km 15, nº 4.600
88032-900 – Saco Grande, Florianópolis/SC

☎ +55 (48) 3665-1400

📷 [/GovernoSC](https://www.instagram.com/GovernoSC)

🌐 www.sc.gov.br